

Valor Econômico, 30 de Abril de 2023

Chuvas esfriam o ânimo do setor termelétrico

Com os reservatórios das hidrelétricas próximos da capacidade máxima, o momento é de refluxo, mas interesse na fonte que garante segurança do sistema energético permanece

Por: Leda Rosa

Depois da alta demanda de 2021, as perspectivas neste ano para as termelétricas no Brasil minguaram de modo significativo. A culpa é das chuvas, que deixaram os reservatórios das usinas hidrelétricas próximos de suas capacidades máximas. No fim de março, no Sudeste e Centro-Oeste, as águas desses lagos chegaram a 83%; no Sul atingiram 82,9%; no Nordeste bateram em 91%; e no Norte foram a 97,7%. São as melhores condições de armazenamento do Sistema Interligado Nacional (SIN) desde 2007, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Mesmo neste cenário de refluxo, o setor termelétrico está longe da estagnação. Segundo a Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), há cerca de 20 grandes investidores, nacionais e internacionais, aguardando os leilões de capacidade de reserva de potência e energia previstos para este ano.

“Acreditamos que esses leilões vão resultar em investimentos significativos. Apesar dos desafios enfrentados pelo setor termelétrico, as previsões para os próximos anos permanecem positivas, com o compromisso do governo

brasileiro em manter a confiabilidade do sistema elétrico e atrair investidores para o setor de energia”, diz Xisto Vieira Júnior, presidente da Abraget.

A previsão está alinhada com os planos da Eneva, maior operadora privada de gás natural do Brasil. Segundo Lino Cançado, CEO da empresa, os anos de 2021 e 2022 foram de conquistas para a Eneva, porque foram realizadas aquisições relevantes, houve expansão na atuação em novas linhas de negócios, como a comercialização de GNL [gás natural liquefeito] para clientes industriais no Maranhão e a contratação, via leilão, do projeto Azulão 950 MW, que vão garantir o crescimento da companhia no futuro. “Até 2030, contemplamos investimentos de cerca de R\$ 11 bilhões e, ao menos, R\$ 500 milhões em tecnologias de baixo carbono.”

As usinas termelétricas (UTES) ocupam posição marginal na matriz energética brasileira. Em março, respondiam por 5,6% da energia gerada, segundo o ONS. No período, hidrelétricas, parques eólicos e placas fotovoltaicas somaram 90% da produção. O baixo percentual, entretanto, evoluiu de modo significativo. Nos últimos 22 anos, houve aumento na participação das térmicas (geração de energia por termelétricas a gás, biomassa, diesel ou carvão) no SIN. Em 2000, essas fontes respondiam por 9,3% da capacidade instalada no Brasil e, em 2022, esse patamar foi de 22,7%. “As térmicas são importantes para a segurança do suprimento eletroenergético do SIN, por serem despacháveis, complementando as demais fontes, notadamente as de origem hidráulica, eólica e solar”, afirma Christiano Vieira, diretor de operações do ONS, acrescentando que “a previsão é que a geração térmica permaneça predominantemente restrita ao valor mínimo necessário”.

Segundo o ONS, até o dia 9 de abril havia 67 UTES, considerando todos os perfis (gás, carvão, nuclear e biomassa), em operação no Brasil. No total, o Sistema de Informações de Geração (Siga) da Agência Nacional de Energia

Elétrica (Aneel) contabiliza 2.390 usinas fósseis operando, incluindo unidades de pequeno porte, que não injetam energia no sistema interligado.

Segundo especialistas, a questão com as UTEs envolve dois aspectos. O primeiro, apontado por Roberto Brandão, pesquisador sênior do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é que as térmicas brasileiras têm uma geração muito cara, que onera a conta de luz quando são utilizadas intensamente. “De 2012 a 2022, quase sempre tivemos chuvas abaixo da média e, por isso, usamos muito as térmicas, o que encareceu demais a conta para o consumidor. O preço de curto prazo pode aumentar cerca de nove vezes em caso de um estresse hídrico.”

Segundo ele, há ainda o fator ambiental, porque o mundo vive um movimento de descarbonização da economia, que envolve a redução de participação das térmicas na geração energética. Brandão diz que essa é uma questão global. No Brasil, não se trata de um problema com a mesma magnitude observada em países onde a geração térmica é dominante, porque, mesmo com o aumento recente de capacidade instalada das térmicas, elas são parcela pequena do sistema e só geram intensamente em anos com hidrologia ruim. “Ainda assim, é justificável a preocupação de manter no futuro a matriz de geração com baixo nível de emissões.”

Com foco na descarbonização, o grupo Energisa, quinto maior distribuidor de energia elétrica do país, desligou 17 termelétricas, construídas na concessão anterior, evitando a emissão de mais de 331 mil toneladas de dióxido de carbono (CO₂) em três Estados da Amazônia Legal (Rondônia, Acre e Pará). O projeto começou em 2019, com parceria entre o Ministério de Minas e Energia, Aneel e a Energisa, e prevê

R\$ 1,2 bilhão em investimentos para a desativação de 20 termelétricas. O programa de descarbonização faz parte dos compromissos ESG da empresa, que pretende alcançar a neutralidade nas emissões de carbono até 2050.

Em relação às políticas públicas voltadas para o setor, Ricardo Baitelo, gerente de projetos do Instituto de Estudos do Meio Ambiente (Iema), diz que a entidade se opõe à lei de privatização da Eletrobras, de 2021, que cedeu ao lobby do gás. “A lei inclui contratação obrigatória de térmicas operando em tempo integral. Defendemos como soluções energéticas a real integração de energias renováveis, deixando o gás apenas para o uso estratégico de preenchimento de demandas de pico, e não para o uso na base. Ou seja, desperdiçando o emprego de energias renováveis.”

Já Felipe Gonçalves, superintendente de pesquisa da FGV Energia, defende uma visão de planejamento integrado, que contemple todos os recursos disponíveis na matriz energética, não só a elétrica. “É necessário observar a conexão desse planejamento energético com outras políticas econômicas, como a política industrial. E, ao avaliar as externalidades desse processo, a gente possa alocar os custos de uma forma mais racional, evitando que o consumidor de energia elétrica pague pelos custos de uma política econômica mais abrangente.”

Link para a matéria original:
<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/28/chuvas-esfria-o-animo-do-setor-termelétrico.ghtml>